



Novos medicamentos para o cancro aprovados num mês

Infarmed conclui processos em 30 dias, mas comissão ainda vai decidir se vão ser usados em hospitais

Helena Norte
 helena@jn.pt

OS MEDICAMENTOS para os cânceros da próstata (abiraterona) e renal (axitinib) deverão estar aprovados, com preços e participações, dentro de um mês pelo Infarmed, confirmou ao JN o presidente da autoridade do medicamento, Castro Alves. Nessa altura, a Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica (CNFT) decidirá se os adiciona ao Formulário Nacional de Medicamentos.

Castro Alves disse ter a indicação de que o processo de aprovação de ambos os fármacos, com preços e participações, estará concluído nos próximos 30 dias. Só depois a CNFT decidirá se os medicamentos serão incluídos no formulário, para que possam ser disponibilizados aos doentes nos hospitais. "Não se pode apressar o processo", sublinhou.

A abiraterona já está aprovada, desde 2011, para venda em farmácias (com prescri-



PALLO SPRANGER / GLOBA, IMAGENS

Formulário Nacional define os tratamentos que podem ser usados nos hospitais

ção médica e sem participação), mas não para uso em hospital, o que obrigava as administrações hospitalares a pedirem uma autorização especial de utilização para ministrar o tratamento. Em algumas unidades, os doentes tinham acesso ao medicamentos, noutras não.

Em Junho, o Ministério da Saúde aprovou um despacho que proíbe a utilização de fármacos que não constem do formulário e responsabiliza civil, criminal e financeiramente as administrações

hospitais que o façam. Para o bastonário da Ordem dos Médicos, trata-se de "uma medida de racionamento económico" que está a penalizar gravemente os doentes. "A eficácia e os benefícios da abiraterona estão

mais do que comprovados. É dos maiores avanços no cancro da próstata dos últimos anos", garantiu ao JN.

Esta não é, porém, a posição dos responsáveis do Instituto Português de Oncologia (IPO). Segundo Laranja Pontes, a comissão de farmácia do IPO do Porto não recomenda a abiraterona porque é de "eficácia marginal". Francisco Ramos, do IPO de Lisboa, concorda que os medicamentos em causa são "muito caros e com benefícios muito reduzidos". ●

BASTONÁRIO ACUSA MINISTÉRIO DA SAÚDE DE RACIONAMENTO ECONÓMICO DOS MEDICAMENTOS

SABER MAIS

Fármacos aprovados

A Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica (CNFT) já definiu quais os medicamentos aprovados para tratar o VIH/sida, a esclerose múltipla e o cancro da próstata. Os não incluídos na lista - como a abiraterona - não podem ser usados nos hospitais.

Exceções ao Formulário

A utilização de medicamentos que não constem do Formulário Nacional do Medicamento é uma exceção que deve ser justificada clinicamente e aprovada pela CNFT, que é constituída pelos "melhores especialistas do país", segundo o Ministério da Saúde.

"Banalização" das AUE

A autorização de utilização especial (AUE) é um mecanismo que permite aos hospitais acederem a tratamentos ainda não aprovados. De acordo com o Ministério da Saúde, "nos últimos anos, verificou-se uma banalização das AUE", o que impõe "a necessidade de uniformização das regras" com o Formulário.